

RESPOSTA À IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

Pregão Eletrônico SRP nº 90027/2025

Processo nº 59550.000128/2025-56-e

Senhor Douglas Oliveira Seefeldt,

A 5ª Superintendência Regional da Codevasf, por meio de sua Agente de Contratação, acusa o recebimento da impugnação apresentada em 16/12/2025 e passa a se manifestar quanto ao seu mérito.

1. Da admissibilidade

A impugnação é tempestiva e foi regularmente apresentada, razão pela qual é admitida para análise.

Passa-se, contudo, ao exame de mérito.

2. Da alegada omissão relativa à acessibilidade

O impugnante sustenta que o Item 4 do Termo de Referência — que trata da aquisição de, entre outros itens, 25 (vinte e cinco) unidades de Van/Minibus de 16 lugares — deveria conter obrigatoriamente requisitos de acessibilidade, à luz do Art. 48 da Lei nº 13.146/2015 (LBI), sugerindo a adoção de Dispositivo de Poltrona Móvel (DPM).

Entretanto, a interpretação apresentada não se aplica ao objeto do edital.

2.1. Do enquadramento jurídico do veículo licitado

O Art. 48 da Lei 13.146/2015 trata da acessibilidade em veículos de transporte coletivo, isto é, veículos destinados à prestação do serviço público de transporte coletivo de passageiros, sejam eles urbanos, rodoviários ou escolares.

A van especificada no Termo de Referência:

- a) não se destina à prestação de serviço público de transporte coletivo de passageiros;
- b) não será utilizada para transporte regular, contínuo ou aberto ao público, mas sim para uso administrativo e institucional, conforme as justificativas constantes do processo;

Assim, não há obrigação legal de que o veículo possua acessibilidade por DPM, pois não se trata de transporte coletivo, mas de veículo de apoio operacional.

3. Da inviabilidade técnica de incorporar o DPM ao objeto

A inclusão do DPM, embora tecnicamente possível, não é adequada ao uso destinado e geraria efeitos negativos, tais como:

Elevação substancial dos custos, contrariando os princípios da economicidade e eficiência (Art. 37 da CF e Art. 5º da Lei 13.303/2016);

Necessidade de adaptações estruturais que descaracterizam o modelo original, restringindo a competitividade e reduzindo o número de potenciais fornecedores, e;

Exigências de certificação específicas, cujo atendimento recairia apenas sobre fabricantes de nicho, o que violaria o Art. 31 da Lei 13.303/2016, que determina que especificações não devem limitar a competição sem justificativa.

Assim, a adoção do DPM imporia à Administração ônus excessivo, desnecessário e sem fundamento legal, o que é vedado pela legislação de regência.

4. Da desnecessidade de republicação do edital

Como demonstrado:

NÃO HÁ VÍCIO DE OMISSÃO;

A exigência proposta não se aplica ao objeto;

A inclusão dos itens demandados implicaria restrição indevida da competitividade e alteração injustificada do objeto.

Portanto, não há fundamento jurídico ou técnico para a alteração do Termo de Referência, tampouco para a reabertura de prazos.

5. Conclusão e decisão

Diante do exposto, após análise técnica e jurídica, **INDEFIRO** a impugnação apresentada, uma vez que o veículo não se enquadra na categoria de transporte coletivo prevista no Art. 48 da Lei 13.146/2015, não há omissão no edital, as alterações solicitadas são tecnicamente indevidas e juridicamente incabíveis e entende-se que a manutenção do edital preserva os princípios da isonomia, eficiência, economicidade e competitividade.

Comunique-se ao impugnante e registre-se no processo para os devidos fins.

Maceió, 17 de Dezembro de 2025.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE
THIAGO CEDRAZ DE ALMEIDA
Chefe da 5ª/GRR/UDT
Unidade Regional de Desenvolvimento Territorial